



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2015.

Nº. 6/2015

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António João Fernandes Colaço, na sua qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António José Rosa de Brito, Paulo Jorge Maria do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira na qualidade de Vereadores.

Faltou à presente reunião o Sr. Presidente da Câmara, cuja falta foi devidamente justificada por estar a representar o Município num processo judicial.

Conforme pedido formulado pelo Sr. Vogal Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, foi justificada a falta dada pelo mesmo à reunião anterior, por motivos pessoais.

- **ABERTURA DOS TRABALHOS**

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Vice - Presidente, declarada aberta a reunião pelas 14,40 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Não foi abordado qualquer assunto neste ponto da ordem de trabalhos.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião ordinária anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião realizada no dia 4 de Março corrente foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Vice- Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, nominalmente, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira, por não ter estado presente na mesma reunião.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente recebido:

- Carta do Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira, solicitando a justificação da falta dada à reunião anterior, por motivos pessoais.
- “E-mails” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português convidando para assistir à Audição sobre o Regime Jurídico do Transporte de Passageiros, que terá lugar na Assembleia da República no próximo dia 20 de Março; dando conhecimento da resposta ao envio da moção sobre a delegação de competências municipais e entidades intermunicipais nas áreas da Educação, Saúde, Segurança Social e Cultura; e do projeto de Lei que apresentou no Parlamento que “Veda o acesso de empresas privadas às atividades económicas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos”.
- “E-mail” do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local enviando carta aberta dirigida aos Eleitos Autárquicos em defesa da gestão pública dos resíduos.
- Moções da Assembleia Municipal de Odemira sobre “Saudação ao Povo Grego” e “Descentralização sim, embuste não”.

Os documentos acima referidos constituem anexos à presente ata, não se considerando contudo como integralmente transcritos na presente ata por não terem sido tomadas quaisquer deliberações sobre os respetivos assuntos.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Proposta de alteração à Tabela de Preços Municipais:

Submeteu o Sr. Presidente a apreciação da Câmara a seguinte proposta de alteração à Tabela de Preços Municipais.

“Considerando que seria importante condensarmos toda a informação sobre “preços” num único documento;

Considerando que as receitas próprias do Município, resultante dos preços que praticamos no concelho têm pouca expressão no Orçamento da Autarquia, situação que deve ser progressivamente em parte invertida, face aos constrangimentos cada vez maiores das transferências do FEF para as autarquias através do Orçamento de Estado.

Considerando que alguns deles, já algum tempo que não sofrem qualquer atualização;

Assim, face ao exposto, proponho a V. Ex^{as}. a atualização dos vários preços cf tabelas em anexos, ao abrigo do disposto no art.º 33º/1-e) do anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores António José Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, e com os votos favoráveis do Sr. Vereador Paulo Jorge Nascimento e do Sr. Vice-Presidente, usando o voto de qualidade, aprovar a proposta de alteração à Tabela de Preços Municipais, ficando os mesmos documentos anexos à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

Formalizou, por escrito, e entregue a posteriori, o Sr. Vereador António José de Brito a seguinte declaração de voto:

“Os vereadores do PS votam contra a proposta dos eleitos da CDU para **aumentar em cerca de 8,5%** o valor dos preços da **Água, Saneamento e Resíduos** cobrados pela Câmara Municipal de Castro Verde à população do nosso concelho.

Quando continuamos a atravessar uma crise muito exigente no país e, em particular, no Baixo Alentejo, os Vereadores do PS consideram totalmente errado que a Câmara Municipal decida “penalizar” ainda mais as famílias e as empresas do nosso concelho com esta decisão.

Os eleitos da CDU podem alegar que o Cartão Social vai atenuar este aumento. Mas os eleitos da CDU sabem muito bem que as empresas não têm Cartão Social e que a grande maioria das pessoas também não tem!

Por isso, para nós é inaceitável que a maioria na Câmara Municipal, ao invés de dar um sinal político de solidariedade com as dificuldades por que passam as pessoas e as empresas, siga o caminho mais simples e decida aumentar o preço de um bem essencial como a Água.

Por outro lado, não podemos deixar de destacar a profunda contradição política desta medida: ***no país, a CDU critica duramente (e nalguns casos com razão!) as políticas do Governo que afectam muito a vida das famílias e das empresas; em Castro Verde, faz exactamente o mesmo que o PSD/CDS fazem no país.***

Por estas razões, **VOTAMOS CONTRA** esta proposta de aumentar os preços da Água, Saneamento e Resíduos.”

Em face da declaração de voto apresentada pelo PS contra a proposta de atualização da Tabela de Preços, os eleitos da CDU expressaram a seguinte posição:

“A demagogia, o populismo, a desinformação através da utilização de meias verdades, têm sido apanágio da forma de fazer oposição do Partido Socialista na Câmara Municipal de Castro Verde. Agora e mais uma vez, a pretexto da proposta de atualização da tabela de preços aprovada na última reunião de Câmara, lá vem o PS clamar contra os aumentos dos preços da água.

É verdade que se trata de um aumento de 8,27% dos preços, correspondente ao índice de inflação verificado nos últimos 4 anos, período durante o qual esta tabela não tinha sofrido qualquer alteração.

Em termos concretos e relativamente a um consumo doméstico de 10 m³ este aumento representa um agravamento da fatura mensal (relativa a água, saneamento e resíduos) de 1,01 €, conforme demonstração que se segue:

Designação - Escalões	Consumo	Preço Antigo		Preço Novo	
		Unitário	Total	Unitário	Total
Quota de serviço (Ramal de 3/4 ")		1,75 €	1,75 €	1,89 €	1,89 €
Consumo de água - 1º escalão (1-4 m³)	4	0,35 €	1,40 €	0,38 €	1,52 €
Consumo de água - 2º escalão (5-6 m³)	2	0,50 €	1,00 €	0,54 €	1,08 €
Consumo de água - 3º escalão (7-12 m³)	4	0,70 €	2,80 €	0,76 €	3,04 €
Consumo de água - 4º escalão (13-16 m³)		0,95 €	0,00 €	1,03 €	0,00 €
Consumo de água - 5º escalão (> 16 m³)		1,25 €	0,00 €	1,35 €	0,00 €
Saneamento FIXO		1,00 €	1,00 €	1,08 €	1,08 €
Saneamento VARIÁVEL	10	0,12 €	1,20 €	0,13 €	1,30 €
Resíduos sólidos FIXO		1,50 €	1,50 €	1,62 €	1,62 €
Resíduos sólidos VARIÁVEL	10	0,07 €	0,70 €	0,08 €	0,80 €
IVA s/ Quota de serviço a		6%	0,11 €	6%	0,11 €
IVA / consumo a		6%	0,31 €	6%	0,34 €
TOTAL			11,77 €		12,78 €

A proposta de política tarifária agora aprovada foi ponderada de forma autónoma e apresentada de modo a que, salvaguardando os interesses das populações e a sua capacidade económica, garanta um grau adequado de cobertura dos custos e seja implementada em antecipação ao que o regulamento tarifário da ERSAR venha a impor no quadro das políticas neo-liberais do Governo do PSD/CDS com vista a criar todas as condições para a privatização do sector das águas e saneamento.

A nível nacional não temos muitas esperanças sobre a atuação do PS: o atual secretário-geral ainda não se posicionou nem disse uma palavra sobre esta matéria (assim como sobre muitas outras ...) e é bom não esquecer que foi durante o governo do engenheiro José Sócrates que as orientações sobre a privatização do sector da água foram aprofundadas.

Esperemos que o PS de Castro Verde com a celeridade e veemência que agora demonstra, venha a público combater a ofensiva contra a água como bem público e o aumento generalizado dos preços que o governo se prepara para impor!"

2. - Ratificação da 2ª. alteração efetuada ao Orçamento e Opções do Plano - 2015:

Submeteu o Sr. Vice - Presidente a ratificação da Câmara a 2ª. alteração efetuada ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso, e explicados os motivos da mesma, foi a submetida a votação tendo a Câmara deliberado, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, ratificar a alteração orçamental em causa, cujos documentos se anexam à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

3. - Emissão de pareceres prévios para renovação de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a seguinte informação/proposta (nº.48) do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos:

“Considerando o disposto no art.º 75º/12, da Lei nº 82-B/2013, de 31 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2015, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações ou renovações de contratos de aquisições de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no artº 3º da Portaria nº 20/2015, de 4 de Fevereiro, que estabelece quais os elementos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Considerando que a mencionada portaria é aplicável à Administração Local Autónoma, conforme estabelecido nos nºs.2 e 3 do art.º 32 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei nº. 35/2014, de 20 de junho, onde estão incluídas as autarquias locais.

Neste sentido, solicito a V.Exª., e ao abrigo do disposto no art.º 75º/5, da LOE, parecer prévio favorável para renovação das aquisições de serviços, cujo objeto consta do mapa anexo à presente proposta.”

Refere-se o presente pedido de parecer prévio à renovação dos seguintes contratos de aquisição de serviços:

- de circuitos especiais de transporte de alunos que frequentam o ensino escolar no ano letivo 2014/2015 (Castro Verde - São Marcos da Ataboeira), com a empresa Rodoviária do Alentejo SA, por ajuste direto (regime geral), pelo preço base de 120,00/dia, mantendo-se o contrato em vigor até ao término do ano letivo.
- de reparação e manutenção de equipamentos elétricos em edifícios municipais, com Maria dos Anjos Revés Pedro Ferreira, por ajuste direto (regime geral) pelo preço base de 1.300,00 €/mês, mantendo-se o contrato em vigor pelo prazo de um ano, podendo ser eventualmente renovado por período iguais até ao limite de três anos.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no art.º 75º/5 e 12 da Lei do Orçamento de Estado para 2015, deliberou, por unanimidade e nominalmente, emitir parecer prévio favorável para a renovação do contrato de aquisição de serviços com a empresa Rodoviária do Alentejo SA, e por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, a renovação do contrato de aquisição de serviços com Maria dos Anjos Revés Pedro Ferreira.

4.- Cessão do contrato de prestação de serviços de motoniveladora para recuperação, conservação e manutenção das vias públicas de acesso rurais no concelho de Castro Verde, celebrado com a empresa CONVIRSAN - Construções Ld.ª:

Apreciou a Câmara o pedido de cessão da posição contratual do contrato de prestação de serviços em título a favor da empresa RIMALFABETO - Gestão, Investimentos e Serviços Globais, Unipessoal Ld.ª., solicitado pela empresa adjudicatária CONVIRSAN, Construções Ld.ª., por motivo de cedência à mesma da totalidade dos créditos futuros, no âmbito do referido contrato de prestação de serviços.

A Câmara, em face do parecer proferido pela Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental, que, atendendo ao disposto no artigo 319º. do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº. 278/2009, de 2 de Outubro, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº.149/2012, de 12 de Junho,

informa não haver inconveniente algum a que esta cessão da posição contratual possa ser autorizada, deliberou por unanimidade e nominalmente deferir o solicitado.

5. - Ratificação da emissão de licença especial de ruído:

Submeteu o Sr. Vice - Presidente a ratificação da Câmara a licença especial de ruído concedida a Maria de Fátima Martins Ramos, para realização de música ambiente, no âmbito de um jantar no dia da mulher, no interior do seu estabelecimento denominado "Lojinha da Comida", sito na Rua da Seara Nova, em Castro Verde, entre as 20 e as 0 horas do dia 7 de Março corrente.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão da licença especial de ruído acima referida.

DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Obras particulares:

1. - Projeto de arquitetura:

Apreciou a Câmara o projeto de arquitetura apresentado por Ana Maria Coelho Afilhado para construção de uma habitação unifamiliar, de rés-do-chão e 1º. andar, na Rua Salgueiro Maia, lote 35, em Castro Verde, a que se refere o processo de obras nº. 5/15.

A Câmara, em face do parecer proferido pelo Gabinete de Gestão Urbanística e Ambiental, deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar o referido projeto de arquitetura.

2. - Comunicações prévias nos termos do artº. 4º., nº.4, do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº.26/2010, de 30 de Março:

Tomou a Câmara conhecimento das comunicações prévias feitas ao abrigo da legislação acima referida sobre os seguintes licenciamentos de obras:

- de Vitalina Coelho Afilhado, para construção de uma habitação unifamiliar, de rés-do-chão, na Rua Timor Lorosae, lote 28, em Castro Verde (procº. nº.1/15).
- de João da Palma Mariano, para construção de uma garagem na Rua do Seixo Branco nº.13, no Monte dos Namorados (procº. nº.2/15)
- de Manuel Cristina da Silva, para construção de uma garagem na Rua das Areias de Trás nº. 4, em Castro Verde (procº. nº.3/15).
- da Empresa Transmissão Sado, para construção de um pavilhão industrial no loteamento municipal, sito no Largo da Feira, lote 2 (procº. nº.4/15).

3. - Constituição de prédios urbanos em regime de propriedade horizontal:

Na sequência do pedido formulado pela Sociedade Mineira de Neves Corvo - SOMINCOR; relativamente à constituição dos seus prédios urbanos, sitos na Avª. General Humberto Delgado, em Castro Verde, correspondentes aos lotes nºs. 65, 66, 67, 68 e 69, em regime de propriedade horizontal, apreciou a Câmara o auto de vistoria efetuada aos mesmos edifícios pela Comissão de Peritos Municipais, constituída para o efeito, no qual emite parecer que, em todos os cinco edifícios, estão reunidas as condições para que cada um, individualmente, possa ser constituído em regime de propriedade horizontal, dado que as frações autónomas propostas, em cada um deles, reúnem

os requisitos exigidos nos artigos 1414, 1415 e seguintes do Código Civil, constituindo assim unidades distintas e isoladas entre si com saída própria, umas para uma parte comum do prédio onde se situam e outras para a via pública, conforme consta nas descrições apresentadas, para cada um dos lotes, no requerimento de petição da SOMINCOR e que se encontra anexo ao referido auto bem com os quadros síntese de cada prédio elaborados pela Comissão de Vistoria.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, certificar que os cinco edifícios construídos nos referidos lotes reúnem os requisitos exigidos nos artigos 1414, 1415 e seguintes do Código Civil para serem constituídos segundo o regime de propriedade horizontal, conforme consta nas descrições apresentadas, para cada um dos lotes individualmente, no requerimento de petição da SOMINCOR e que se encontra anexo ao referido auto bem com os quadros síntese de cada prédio elaborados pela Comissão de Vistoria, e que se anexam à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Programas da “Primavera no Campo Branco” e das “Comemorações do 41º. Aniversário do 25 de Abril:

Apreciou a Câmara as propostas dos programas das iniciativas “Primavera no Campo Branco” e “Comemorações do 41º. Aniversário do 25 de Abril, a levar a efeitos nos dias 17 de Abril a 17 de Maio, apresentadas e explicados os seus conteúdos pormenorizadamente pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, as quais preveem uma estimativa orçamental que apresenta em termos de despesa o montante de 51.000 € e, no âmbito da receita prevista, uma proposta de cobrança de bilheteira nos seguintes espetáculos: Concerto de abertura, Paulo Gonzo - 5 €; Teatro de Revista, Pro Diabo Kus Carregue - 3 €; Roubo de Identidade, Stand Up Comedy com Luís Franco-Bastos - 3 €; Concerto de percussão, BE-DOM - 3 €; Dança Contemporânea, Muito Chão, Companhia de Dança de Almada - 3 €; e, Concerto de encerramento, Raquel Tavares - 5 €.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar as propostas apresentadas pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento nos termos acima referidos.

Ficam anexos à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos, os documentos que constituem as referidas propostas ora aprovadas.

2. - Jogos concelhios 2015:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“Na sequência da proposta do Programa Atividade Com’ Vida para a época 2014/2015, aprovada em reunião ordinária de 8 de Outubro de 2014, e conforme os documentos previsionais “Opções do Plano e Orçamento 2015”, junto remeto proposta dos Jogos Concelhios 2015.

A presente proposta teve por base a reflexão em torno da dinâmica alcançada na última edição, as reuniões de trabalho e contactos estabelecidos com os parceiros, equacionando os recursos humanos disponíveis e as linhas de orientação escritas na filosofia do Programa Atividade Com’ Vida, que se encontram, em parte, transcritas no documento que se apresenta.

Importa referir que estamos perante uma iniciativa que deve ser equacionada num plano de complemento da prática do desporto federado, do desporto escolar, dos projetos dinamizados pelo

Gabinete de Desporto da autarquia, devidamente contextualizada pelas características da nossa comunidade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente dinamizar a realização dos jogos concelhios nos termos propostos pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, cuja estimativa orçamental na despesa ascende a 12.300 €, e na receita o pagamento de uma inscrição o pagamento de uma inscrição no montante de 5 € por cada participante na prova de cicloturismo, para fazer face a despesas com a refeição dos respetivos participantes, prevendo os mesmos jogos concelhios as seguintes modalidades desportivas: Atletismo, badminton, ténis de praia, bilhar, bike paper, boccia, caminhadas, cavalhadas, cicloturismo, columbofilia, damas, dardos, dominó, futebol de praia, futebol humano, gira-vólei, hóquei em patins, jangro, jogos sem fronteiras, malha, matraquilhos, natação, paintball, passeios de carrinhos de bebé, passeios de bicicleta, petanca, snooker (individual e duplas), sueca, stand up paddle, ténis de campo, ténis de mesa, três sets, windsurf, XCO, voleibol na areia, e vela.

Ficam anexos à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos, os documentos que constituem a referida proposta ora aprovada.

3. - Concessão/renovação de cartões sociais:

Com base na informação nº.214 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: António José Santos Madeira, residente no Monte do Rolão, José Inácio Gonçalves Guerreiro, Laurinda Conceição Colaço Arsénio e a Carla Manuela Soares Guerreiro e Guerreiro, residentes em Castro Verde, todos no escalão A; a José Carapeto Salvador, residente em Entradas, e a Maria Alexandrina Costa Rosa Luz Jorge, residente em Castro Verde, todos no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de: Bertília Rosa Machado, residente em Casével, José Inácio Guerreiro, residente no Monte do Beringelinho, e de Florinda Maria Guerreiro, residente no Monte das Piçarras, todos no escalão A; e de Constança Conceição Colaço, residente em Castro Verde, no escalão B.
- Indeferir o pedido de cartão social requerido por Joana Augusta Valente, residente em Castro Verde, em virtude do respetivo rendimento per-capita exceder o valor de referência para a atribuição do cartão social.

4. - Concessão de subsídio à Liga para a Proteção da Natureza:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta formulada pelo Sr. Presidente:

“No dia 13 de Março a LPN, com o apoio do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e da Câmara Municipal de Castro Verde, realizou no Centro de Educação Ambiental do Vale Gonçalinho, um Workshop intitulado “Integrar a conservação da natureza nas políticas de sustentabilidade das empresas”, que contou com a presença do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia.

Considerando que o evento em causa envolveu custos para o CEAVG e reconhecendo a importância do mesmo para o desenvolvimento sustentável no concelho de Castro Verde, proponho

a atribuição de um subsídio no valor de 1.000 €, ao abrigo da alínea c) da cláusula quarta do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Castro Verde e a Liga para a Proteção da Natureza, para fazer face às despesas decorrentes da realização do evento.”

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente conceder à Liga para a Proteção da Natureza o apoio financeiro proposto para os efeitos acima referidos, bem como autorizar o respetivo pagamento.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15,50 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.